

## EDITAL DE LEILÃO

O Dr. **JOSÉ ROBERTO GOMES JUNIOR**, Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Araucária/PR **FAZ SABER**, a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tomarem conhecimento, que ficam designados PRAÇA e LEILÃO para o dia **03 de Julho de 2025 a partir das 13:00**, nas modalidades PRESENCIAL e ELETRÔNICA, a serem realizados nas dependências do Rihad Palace Hotel, localizado na Avenida Dr. Vítor do Amaral, 1660, Centro, Araucária/PR e através da internet, no sítio: [www.nakakogueleiloes.com.br](http://www.nakakogueleiloes.com.br). Caso por qualquer motivo seja inviável a realização do leilão presencial, será realizada a sessão de forma exclusivamente on-line. O leilão será conduzido por Paulo Roberto Nakakogue, Leiloeiro Público Oficial compromissado perante este Juízo (Matrícula JUCEPAR N.º 12/048-L), relativos aos bens penhorados nos autos a seguir relacionados:

<b>Autos nº.</b>	<b>0001999-19.2016.5.09.0594 - RTOrd</b>
Vara	<b>02ª Vara do Trabalho de Araucária/PR</b>
<b>Exequente (01)</b>	<b>ONISIO MARQUES DOS SANTOS (CPF/CNPJ 752.581.379-53)</b>
Adv. Exequente	Dicesar Beches Vieira Junior (OAB/PR 28.231)
<b>Executado (a) (01)</b>	<b>RUTE GONSALVES (CPF/CNPJ 001.205.047-40)</b>
Adv. Executado	Dicesar Beches Vieira Junior (OAB/PR 28.231)
<b>Executado (a) (02)</b>	<b>RUTE GONSALVES (EMPREITERA HILUX) (CNPJ 17.351.231/0001-42)</b>
Depositário Fiel (1)	RUTE GONSALVES
End. da Guarda (01)	Rua João Marques dos Santos, 107, Esquina C/rua Amadeu Piotto, Cidade Industrial, Curitiba/PR, CEP 81280-032
Penhora realizada	02/02/2024 (fls. 267/271)

Qualificação do(s) Bem (01) ..... R\$ 80.000,00  
Parte ideal correspondente a 34,94 metros quadrados cuja proprietária é Rute Gonçalves. Características: Lote de terreno nº 25 da quadra nº 4, loteamento do lote Y (ípsilon) das quadras 01, 02 e 03 da planta Jardim Riviera, no Bairro CIC, Curitiba/PR. localizado do lado ímpar do logradouro, de forma irregular, medindo 11,84 metros de frente para a Rua João Marques dos Santos (N 971 C); pelo lado direito de quem da frente do imóvel o observa, mede 14,41 metros e confronta com os Lotes nºs 02 e 04; pelo lado esquerdo mede 14,92 metros e confronta com a Rua Amadeu Piotto (N 954), com a qual faz esquina e na linha de fundos, onde mede 11,99 metros, confronta com os Lotes nº s 01 e 02; fechando o perímetro e perfazendo a área total de 174,70 metros quadrados. Indicação Fiscal: Setor 19, Quadra 239, Lote 025.000. Benfeitoria: Informo que há uma obra inacabada nesta área de terreno de 34,94. Conforme matrícula ( R-3/172.167) do total do terreno 101,32 m² pertencem ao Sr. Bernardino Moreira. O restante do imóvel, ou seja, 38,44m² pertence a outra moradora. Imóvel Matrícula nº 172.167 do 8º CRI de Curitiba/PR. Venda Ad Corpus.

**Total da Avaliação** R\$ 80.000,00

**DÉBITOS SOBRE O BEM PENHORADO – CLAUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA** em favor de COMPANHIA DE .HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA- COHAB-CT. (quitado, id.2f765cc, fls. 226). DÉBITOS: Nada Consta até 28/04/2025.

**ÔNUS CONSTANTES DA MATRÍCULA:** Matrícula - Bem nº 1

R-1/172.167 – COMPRA E VENDA COM CLAUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA (quitado, id.2f765cc, fls. 226)– Adquirentes: RUTE GONSALVES, residente no Lote 25B, Quadra 04 – CIC, Curitiba/PR, parte ideal correspondente a 34,94 metros quadrados. Vendedores: COMPANHIA DE .HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA- COHAB-CT.

AV.2/172.167 – INDISPONIBILIDADE – 2ª Vara do Trabalho de Araucária/PR, Autos: 0001999-19.2016.5.09.0594, Requeridos: RUTE GONSALVES e RUTE GONSALVES (EMPREITEIRA HILUX), parte ideal correspondente a 34,94 metros quadrados.

R-3/172.167 – COMPRA E VENDA – Adquirentes: BERNARDINO MOREIRA e s/m ILDA DA SILVEIRA MOREIRA, residentes à Rua João Marques dos Santos, 15, Curitiba/PR, parte ideal correspondente a 101,32 metros quadrados. Vendedores: COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA- COHAB-CT.

AV.4/172.167 – RETIFICAÇÃO NOME – Adquirente ILDA DA SILVEIRA MOREIRA, para: ILZA DA SILVEIRA MOREIRA, que é o certo e correto.

AV.6/172.167 – INDISPONIBILIDADE – 2ª Vara do Trabalho de Araucária/PR, Autos: 0001999-19.2016.5.09.0594, Requeridos: RUTE GONSALVES e RUTE GONSALVES (EMPREITEIRA HILUX), parte ideal correspondente a 34,94 metros quadrados.

AV.7/172.167 – INDISPONIBILIDADE – 4ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, Autos: 0011850-09.2016.5.09.0004, Requeridos: RUTE GONSALVES, parte ideal correspondente a 34,94 metros quadrados.

R.8/172.167 – PENHORA - 2ª Vara do Trabalho de Araucária/PR, Autos ATOrd 0001999-19.2016.5.09.0594, Exequente: ONISIO MARQUES DOS SANTOS, Executado: RUTE GONSALVES, parte ideal correspondente a 34,94 metros quadrados.

Fica nomeado para realização da hasta o leiloeiro Paulo Roberto Nakakogue (JUCEPAR nº 12/048I) já compromissado perante este Juízo, que poderá praticar todos os atos necessários para obtenção de certidões junto a órgãos públicos e cartórios, inclusive sobre ônus/dívidas existentes perante as Prefeituras Municipais, DETRAN e Instituições Financeiras, solicitando-se que o atendimento a tais requerimentos sejam feitos com a maior brevidade possível. O leiloeiro ou pessoa que por ele seja

designada fica também autorizado a inspecionar os bens, inclusive entrar e vistoriar o(s) imóvel(is) penhorados para averiguar suas condições de conservação. Os valores relativos às despesas com a remoção, armazenagem, bem como a comissão do Leiloeiro estão previstos na Portaria 002/2007, deste Juízo, e no Provimento Geral e Recomendação nº 02/2008 da Corregedoria e do TRT da 9ª Região.

Nas hipóteses de acordo, remição/pagamento, depois de encaminhado o edital respectivo para publicação e antes da hasta pública, além das despesas específicas com a remoção/armazenagem, será devido pelo executado ao Leiloeiro, a título de remuneração pelos serviços prestados para a designação e preparação da hasta pública o percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da execução ou sobre o valor da avaliação do bem, se menor. No caso de acordo, a hasta pública somente será suspensa se todas as demais despesas forem quitadas (custas, honorários contábeis, contribuição previdenciária, imposto de renda etc.). No caso de arrematação, será devido o pagamento da comissão do leiloeiro, equivalente a 5% sobre o valor da arrematação, além dos impostos incidentes sobre a venda (ITBI, ICMS ou outro que venha a incidir).

O bem será arrematado por quem apresentar o maior lance ou a proposta mais conveniente, desde que não configurado preço vil, hipótese que será apreciada pelo Juízo, sopesando as particularidades de cada caso.

Nos termos do artigo 215 do Provimento Geral da Corregedoria Regional do Trabalho da 9ª Região, os bens poderão ser arrematados de forma parcelada, observado o imediato depósito do sinal de, no mínimo 40% do valor do lance, e o restante (60%) a prazo, garantido pela penhora incidente sobre o mesmo bem. Se o arrematante não efetuar o pagamento das parcelas convencionadas, perderá, a favor da execução, todos os depósitos efetuados, inclusive o sinal, voltando à hasta pública os bens, sem prejuízo das sanções de natureza processual e material cabíveis.

O exequente poderá oferecer lance por conta de seu crédito para arrematação, bem como requerer adjudicação, pessoalmente ou por intermédio de seu procurador, desde que este possua poderes especiais, nos termos do artigo 105 do CPC, observadas as regras relativas à comissão do leiloeiro.

O adquirente receberá o bem livre de quaisquer ônus ou pendências. Portanto, eventuais pendências incidentes sobre veículos, tais como taxas de licenciamento, multas por infração de trânsito, IPVA e seguro obrigatório, relativas ao período anterior à aquisição, poderão sub-rogar-se no preço pago, após a satisfação do crédito trabalhista, sendo vedada a exigência de tais valores diretamente do adquirente.

Na hipótese de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a realização da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação e baixa de averbações de penhora, indisponibilidades e/ou outros gravames junto ao Cartório de Registro de Imóveis ou DETRAN deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicante.

Caso o exequente, executado, cônjuge, proprietário do bem ou eventuais credores hipotecários e terceiros interessados não sejam encontrados ou cientificados por qualquer motivo, valerá o Edital, que será afixado no local próprio desta Vara do Trabalho e publicado na Imprensa Local, como Notificação de Praça e Leilão e demais atos decorrentes.

O termo inicial do prazo legal para alegação das situações previstas nos incisos I, II e III do § 1º do art. 903 do CPC é de 10 (dez) dias, contados da assinatura do respectivo auto (§ 2º do art.903 do CPC), que deverá ocorrer no dia da arrematação. Ultrapassada essa data, sem a assinatura do auto, caberá intimação das partes, a partir do que passará a fluir o prazo. Decorrido em branco o prazo supra, será expedida a carta de arrematação e, conforme o caso, a ordem de entrega ou mandado de imissão na posse (§ 3º do art. 903 do CPC).

Ainda, nos termos do § 4º do art. 903 do CPC, a desconstituição ou ineficácia da arrematação deverá ser postulada em ação autônoma (Classe Judicial: Petição – código 241).

Dado e passado na Secretaria da 2ª Vara do Trabalho de Araucária, em 23 de Maio de 2025.

**JOSÉ ROBERTO GOMES JUNIOR**  
**Juiz Titular da Vara do Trabalho**